

## **RICARDO BOCALON**

*Candidato a Prefeito - Jundiaí*

Coligação: Na nossa Jundiaí, o que mais importa são as pessoas

PSB - PDT - PCdoB - PT - PV

**1. A partir da promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15/07/2020, as cidades devem começar a cobrar tarifas e taxas sobre os serviços de poda de árvores, varrição de ruas, limpeza de bocas de lobo, abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.**

**Quais as iniciativas de seu governo para o atendimento desta lei sem onerar o contribuinte?**

A quase totalidade dos serviços elencados já são objeto de atendimento do Poder Público local, seja através da DAE como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, inclusive com taxas específicas, além dos serviços de coleta e tratamento de resíduos, e iluminação pública também com taxas próprias que já são recolhidas atualmente. Não há, portanto necessidade de criação de taxas adicionais ou custos extras aos munícipes.

Outro possível impacto do Marco Legal nos municípios refere-se a privatização dos serviços de saneamento, o que somos contrários, tendo em vista os serviços de excelência prestados pela DAE ao longo de sua história e cujos indicadores são de conhecimento público.

**2. Considerando que Gestão é um conjunto de princípios relacionados às funções de planejar, organizar, dirigir e controlar; Governança Corporativa é o conjunto de práticas, normas e processos que regulam a maneira como as organizações são gerenciadas e controladas e que Compliance, é o conjunto de procedimentos e regras que tem como objetivo manter a organização e em linha com as normas vigentes e a ética.**

**O que pode comentar ou esclarecer do ponto de vista de sua Gestão, quanto a partidarização da administração municipal, em prejuízo de seus quadros técnicos, prejudicando a Gestão, governança e Compliance?**

A Prefeitura de Jundiáí dispõe de um estrutura administrativa e fluxo de ações e serviços, de boa qualidade, resultado da capacitação de seus quadros de funcionários em todas as áreas. O governo deve aprimorar permanentemente esta estrutura, valorizar os funcionários de carreira, inclusive ocupando cargos de chefia. Os cargos de direção e assessoramento do governo eleito devem ter capacidade técnica e política para garantir que o Plano de Governo escolhido pela população, democraticamente, possa ser implantado.

**3. Temos conhecimento através de relatos de profissionais que existem servidores públicos municipais que oferecem seus serviços para aprovação de projetos de maneira mais célere, colocando em desvantagem os demais profissionais. Como pretende tratar deste tema em sua administração?**

É inadmissível, pois o servidor público que desrespeita o Estatuto do Servidor e Código de Ética Profissional, se utilizando do cargo para benefício próprio ou para outros (empresas ou cidadãos), deve responder através de processo administrativo próprio e/ou na justiça comum.

Uma proposta, a ser debatida com os profissionais de engenharia e arquitetura é a criação de uma Ouvidoria específica para apuração permanente de denúncias de irregularidades e corrupção atuando exclusivamente no setor de aprovação de projetos da Prefeitura.

**4. É notório que a quantidade de servidores públicos municipais está aquém do necessário para uma prestação de serviços eficiente por parte da Prefeitura. Você pretende, pelo menos, repor os cargos abertos de fiscais, técnicos e engenheiros?**

A reposição de cargos vagos é necessária para garantir a manutenção da eficácia dos serviços públicos, não só nas áreas da engenharia como nas outras atividades. Além disso há necessidade de avaliar e dimensionar os serviços que estão sendo realizados para ampliação de contratação de profissionais através de concurso público. No entanto, há um fator que poderá limitar a capacidade de investimento e ampliação dos serviços no próximo mandato e subsequentes, que diz respeito à evolução da dívida da Prefeitura nos últimos 8 anos. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias –

LDO em trâmite na Câmara Municipal a dívida de Jundiá que teve uma queda de 2013 para 2016 de 344 milhões para 175 milhões, cresceu nos últimos anos e será de 866 milhões em 2025 chegando a quase 1 bilhão de reais no final de próximo mandato. Parte dessa dívida foi contratada referenciada em dólar.

**5. Além das ferramentas existentes na Prefeitura (Saepro, Geoportal, etc.), você pretende criar/implantar outras tecnologias com a finalidade de aumentar a eficácia da máquina pública?**

O sistema SAEPRO é um avanço na relação do poder público com os profissionais, no entanto há necessidade de aperfeiçoamento, em especial com uma padronização de critérios de análise por parte dos servidores públicos. O nosso governo pretende aperfeiçoar as ferramentas de gestão com um permanente diálogo com a categoria profissional.

**6. Faz parte de seu Plano de Governo a manutenção preventiva visando os prédios públicos, sistema viário, obras de arte e prevenção de enchentes?**

A atividade preventiva é uma necessidade cada vez mais presente na cidade, pois afeta a segurança e as condições de vida dos cidadãos. Sinalização viária, sistema de segurança de pedestres, condições de engenharia dos prédios públicos e particulares, manutenção permanente de viadutos, túneis e pontes, limpeza de galerias e manutenções de áreas públicas, limpeza de córregos devem ser sistematicamente planejadas e executadas. Uma proposta de parceria com a Associação dos Engenheiros para o acompanhamento das condições de segurança e conservação da cidade é um dos programas que pretendemos discutir com a categoria.

**7. Quais ações pretende implementar para melhorar a mobilidade e acessibilidade em nosso município?**

Implantação de sistemas inteligentes de controle e gestão de tráfego, modernização do sistema de transporte coletivo, implantação de obras viárias e do plano cicloviário. Implantação de programa permanente de acessibilidade na cidade, nas áreas e prédios públicos e particulares.

**8. Nosso município é uma APA – Área de Proteção Ambiental desde 1984, regulamentada pelo Decreto 43.284 de 1998, cujo conteúdo, a nosso ver, é bom, contudo, necessitando ser atualizado por um Plano de Manejo previsto pela legislação federal desde o ano 2000. Esta é uma ação que depende do Estado. Como pretende tratar deste tema em sua administração?**

Conforme definido na Lei Federal nº 9985 de 2000 é obrigatório o Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação, sejam de Proteção Integral ou De Uso Sustentável. Faremos gestões junto ao Governo do Estado e colocaremos como necessidade a sua realização no âmbito da Região Metropolitana de Jundiaí.

**9. O que pretende fazer para incentivar a construção de moradias para a população de baixa renda?**

Pretendemos retomar o programa de construção de habitações populares interrompido nos últimos 8 anos, não sendo construída uma única habitação popular sequer. A proposta é a construção de 2 mil moradias em parceria com o Governo Federal através do Programa Minha Casa Minha Vida e com o Governo Estadual. Vamos implantar o Programa Entrada Garantida, para facilitar o acesso a moradia através do subsídio do valor da entrada do imóvel.

Além da construção de moradias vamos impulsionar o Programa de Regularização Fundiária no município.

**10. O tema Mudanças Climáticas ganhou proporções de ordem mundial e hoje inclusive está previsto em nosso Plano Diretor. Como pretende tratar deste tema em sua administração.**

Pretendemos referenciar as ações do governo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. São 17 ODS e quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômico e Institucional. Outro ponto importante e urgente é o controle da especulação imobiliária no município que no curto prazo poderá trazer graves prejuízos a qualidade de vida na cidade.

**11. A AEJ participa ativamente de diversos Conselhos Municipais. É sabido que em revisões/alterações do Plano Diretor obrigatoriamente o CONDEMA e CMPT devem ser ouvidos. A partir de um trabalho voluntário a sociedade civil se envolve no processo e, com grande frequência, vê que os pareceres elaborados por estes conselhos não são acatados. Como pretende tratar deste tema?**

Isso é uma grande verdade. E essa verdade está relacionada com dois fatores principais. Primeiro, governos pouco democráticos desrespeitam os Conselhos e instâncias de participação. Segundo, a história da política jundiaense partir da década de 1980 está relacionada com o mercado imobiliário. Política em mercado imobiliário caminham juntos e nos governos, salvo raros períodos, ditam as regras, e se sobrepõem aos interesses coletivos.